

## **UM PAÍS EM RECESSÃO, MAIS POBRE E COM MAIS E MAIORES DESIGUALDADES SOCIAIS**

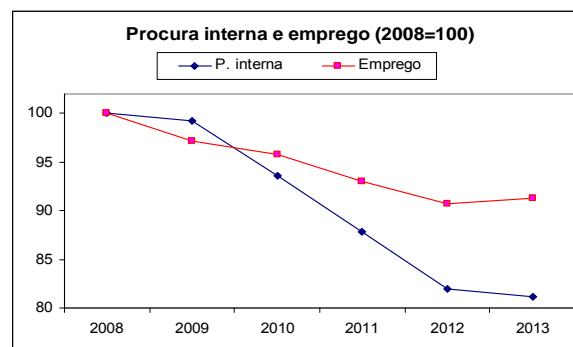
### **Um ano de troika e de política do Governo do PSD-CDS**

#### **Conferência de Imprensa da CGTP-IN em 21.5.12**

*Inicia-se esta semana uma nova avaliação do programa da troika, deslocando-se uma missão ao nosso país. Esta visita ocorre pouco tempo decorrido depois de ter sido aprovado o mais duro programa de austeridade que o país já conheceu e que teve como resultado mais imediato e mais dramático uma verdadeira explosão do desemprego. Ocorre igualmente num quadro de intensificação brutal da crise da dívida, com desenvolvimentos na Grécia e em Espanha, com consequências que se podem tornar imprevisíveis para o país e para o próprio futuro da União Europeia. Importa fazer uma análise sobre o balanço de um ano decorrido sobre um programa apresentado como de "ajustamento", sobre as suas implicações e sobre as medidas que a CGTP-IN considera serem de emergência para evitar uma maior deterioração da situação que vivemos.*

1. A CGTP-IN procedeu a um balanço da aplicação dos programas da troika e do Governo do PSD/CDS (ver documento anexo). Um ano volvido, para além do ataque à soberania e à democracia, temos:
  - O país em recessão, a dívida pública poderá atingir 117% do PIB em 2013, o financiamento da economia continua estrangulado e o crédito mal parado disparou;
  - Foram destruídos mais 204 mil empregos, o desemprego atinge mais de um milhão de trabalhadores, mais de um em cada três jovens estão no desemprego, a emigração intensificou-se e reduziu-se a protecção social no desemprego;
  - Portugal é um país de salários cada vez mais baixos, o salário mínimo continua congelado e a maioria das convenções colectivas não é revista; a consolidação de um modelo de competitividade baseado em salários baixos e direitos mínimos irá comprometer o desenvolvimento do país.
  - Reduziram-se os direitos individuais e colectivos dos trabalhadores através da alteração da legislação de trabalho no sector privado e na Administração Pública;
  - Cortes nas funções sociais (segurança social, saúde, educação) com consequências na diminuição da protecção social, na degradação dos serviços públicos e com fortes restrições no direito ao seu acesso (como o aumento de mais de 100% nas taxas moderadoras e a redução de comparticipação nos medicamentos);

- A Administração Pública foi fortemente atacada com a imposição de medidas deliberadamente destinadas à redução dos seus recursos, a provocar a privatização de serviços, a degradar a sua qualidade e a provocar o desemprego dos trabalhadores;
  - Agravamento das injustiças e das desigualdades sociais.
2. A política de austeridade é responsável pela situação actual. A aplicação de medidas de austeridade na generalidade dos países da UE tem como consequência directa a recessão na zona do euro. As previsões da Comissão Europeia apontam para uma recessão (-0,3%) em 2012 nesta zona; antevê-se a baixa do PIB, para além de Portugal, na Grécia, Espanha, Itália, Holanda, Chipre e Eslovénia. Alguns dos países que mais contribuem para as exportações portuguesas estarão, em 2012, em recessão (como a Espanha, onde se prevê que abranja também 2013) ou terão um baixo crescimento (Alemanha e França).
  3. A destruição de empregos e o aumento do desemprego constituem os dois aspectos mais marcantes da crise actual. No espaço de um ano perderam-se mais de 200 mil postos de trabalho, tendo sido especialmente atingidos os serviços, com menos 102 mil empregos, mas a indústria perdeu igualmente empregos. A diminuição de emprego, que remonta ao 2º trimestre de 2008, irá intensificar-se este ano (-3,3% segundo as Previsões da Comissão Europeia). Se esta previsão se confirmar, a destruição de emprego em apenas dois anos (2011 e 2012) excede os 300 mil, a que há a juntar os que foram eliminados em 2009 e 2010 (220 mil). Daqui resulta uma verdadeira explosão da taxa oficial de desemprego (14,9% no 1º trimestre deste ano), a que acrescem indicações de que a emigração está a disparar e apesar da redução da taxa de actividade. Estamos perante uma verdadeira catástrofe, que temos de contrariar.
  4. Este quadro não constitui nem uma surpresa nem uma fatalidade; muito menos uma "oportunidade" para os desempregados, como afirmou o Primeiro-ministro, expressão que por si só é reveladora da insensibilidade social dos actuais detentores do poder político e natureza das políticas económicas que estão a ser aplicadas. A diminuição do emprego e o aumento do desemprego são consequências da compressão brutal da procura interna (do consumo e do investimento) a qual não é compensada pelo crescimento das exportações. O desemprego tem origem sobretudo nas actividades que dependem do mercado interno, como o comércio, o alojamento e a restauração. Mas a indústria e construção também continuam a contribuir.



Fonte: INE e Governo (Documento de Estratégia Orçamental)

5. A CGTP-IN considera que o crescimento do desemprego exige por si só a alteração das políticas económicas e a adopção de medidas de emergência. Por isso, propõe um programa estruturado em quatro eixos essenciais: a) a orientação geral das políticas económicas que devem privilegiar o

crescimento e o emprego; b) o combate ao desemprego, o que exige a não promulgação do Código de Trabalho; c) medidas de estímulo à procura interna e de apoio ao financiamento da economia; d) medidas de reforço da protecção social.

- **A orientação geral das políticas económicas que devem privilegiar o crescimento e o emprego**

A política actual tem efeitos não só desastrosos no tecido produtivo, no aumento do desemprego e no agravamento das condições de vida como contraproducentes do ponto de vista orçamental porque a recessão está a provocar a baixa dos impostos indirectos, a queda das contribuições para a segurança social e a um aumento da despesa - por mais que o Governo, tome medidas injustas para a restringir, haverá cada vez mais desempregados a requerer prestações de desemprego e mais famílias em situação de necessidade. Hoje mesmo, os defensores da austeridade, um pouco por toda a Europa, pressionados pela luta dos trabalhadores, são forçados a reconhecer que foram demasiado longe. Mas basta de retórica. É necessária uma efectiva mudança na orientação das políticas económicas.

Para que isso aconteça é **preciso que o objectivo da redução do défice público não ponha em causa o crescimento e o emprego**. A CGTP-IN defende a **renegociação da dívida** no sentido de que devem ser revistos o prazo de redução do défice orçamental, a redução dos custos de financiamento, a discussão dos montantes e a trajectória de diminuição da dívida pública.

- **O combate ao desemprego, exige a não promulgação do Código de Trabalho**

Travar a destruição de empregos e a precariedade que alimentam a subida contínua do desemprego constitui uma prioridade. Não é compreensível que alguns dos que dizem ser o desemprego uma calamidade, não façam corresponder com actos as suas palavras. **Por isso, a CGTP-IN defende que o Presidente da República não promulgue as alterações ao Código de Trabalho** e faça respeitar a Constituição e o princípio do trabalho digno definido pela OIT, ao qual o Estado português aderiu.

- **Medidas de estímulo à procura interna e de apoio ao financiamento da economia**

São necessárias medidas para estimular a economia, o que exige desde logo, **dinamizar o sector produtivo (indústria, agricultura e pescas) e sustentar a procura interna**. As medidas mais urgentes passam por: **aumento do salário mínimo; evolução dos salários através de medidas para o desbloqueamento da contratação colectiva e a publicação de portarias de extensão; redução dos chamados custos de contexto; facilitação do acesso ao crédito para as micro, pequenas médias empresas. É também necessário o desagravamento do IVA na restauração.**

- **Medidas de reforço da protecção social**

São necessárias medidas urgentes de reforço da protecção social que evitem a proliferação da pobreza e, mesmo, da exclusão social. A cobertura das prestações de desemprego diminui e, nos que acedem, há desempregados a esgotarem as prestações e a ficarem dependentes de rendimentos mínimos ou da assistência, pública ou privada. Alterar esta situação exige alargar a cobertura das prestações de

desemprego e melhorar o acesso às prestações sociais não contributivas. Dada a urgência da situação e sem prejuízo de uma melhoria da protecção social no desemprego, a CGTP-IN propõe no plano imediato:

- **O alargamento a todos os desempregados** (que não têm protecção social) **do subsídio social de desemprego**, durante o período de crise. Este subsídio deve ser financiado através de transferências do Estado para a Segurança Social (Protecção Social de Cidadania). Estas transferências devem ser apoiadas em recursos adicionais obtidos através da contribuição de rendimentos que, escandalosamente, têm escapado ao esforço de consolidação orçamental;

Medida	Impacto	Necessidade e fonte de financiamento
<b>Alargamento do tempo de atribuição do subsídio social de desemprego</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 863.686 desempregados que não auferem quaisquer prestações de desemprego, passam a ter um rendimento mensal de 346,23€</li> <li>• Estado arrecadará 837.295.211€ por via do IVA;</li> <li>• 3.349.180.842€ serão transformados em consumo, possibilitando às famílias aumentar o seu nível de vida e, às empresas, escoar mais produtos</li> </ul>	Para implementar esta medida o Estado necessita de 4.186.476.053€. para financiar este montante propõe-se uma taxa de 4% sobre as transacções na bolsa, valor que permitirá (com base nos dados divulgados pela CMVM respeitantes a 2011) atingir os 4.186.476.053€

- A melhoria do acesso às **prestações sociais não contributivas**, através da revisão do Decreto-Lei nº 70/2010 de 16.6, em particular no que respeita à condição de recursos, ao conceito de agregado familiar e à capitação de rendimentos;
- **A não promulgação pelo Presidente da República de medidas que diminuam os direitos à segurança social**, em particular no que respeita ao rendimento social de inserção;
- **A aposta numa Administração Pública forte e de qualidade**, que ponha termo aos processos de agregação de unidades de saúde e de escolas, e priorize a melhoria dos serviços e o respeito pelos direitos dos trabalhadores.

Lisboa, 21-05-2012